



Prefeitura Municipal de Sooretama – ES  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

## PORTARIA Nº 01/2024 DE 29 DE JANEIRO DE 2024

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE SOORETAMA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

**Art. 1º** Considerando a Lei nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como o Decreto Municipal nº 213/2023 que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**Art. 2º** Fica designado ao servidor da Prefeitura Municipal de Sooretama, Sr. **PAULO CEZA DE JESUS BRANDAO**, matrícula 012358, portador do CPF nº 036.869.745-25, como **Fiscal Técnico, Administrativo e Setorial**, para acompanhar os **Contratos nº 22, 23 e 24/2024**.

**Art. 3º** Para efeitos desta Portaria, adotar-se-á as definições e atribuições do Fiscal de Contrato considerando o disposto no Decreto Municipal nº 213/2023, em especial atenção ao seu Art. 8º § 1º e Arts. 22 à 24.

**Art. 4º** Consistirá objeto de fiscalização desta Portaria os **Contrato nº 22, 23 e 24/2024**, firmado com as empresas, **GHIA PNEUS LTDA ME** CNPJ nº 44.781.209/0001-05, **STREET AUTO PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI ME** CNPJ nº 39.483.895/0001-06 e **LUIZ CARLOS DADALTO FILHO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME** CNPJ nº 19.626.355/0001-19 que tem por objeto contratual a “AQUISIÇÃO DE PNEUS DIVERSOS, COM ENTREGAS PARCELADAS, NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FROTA VEICULAR E DO MAQUINÁRIO LOTADO EM DIVERSAS SECRETARIAS.”



*Prefeitura Municipal de Sooretama – ES*  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

Secretaria Municipal de Agricultura de Sooretama, Estado do Espírito Santo, aos vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e quatro.

**TIAGO CAMILETTI**

Secretário Municipal de Agricultura  
Decreto nº956/2023, de 08 de Agosto de 2023



## TERMO DE CIÊNCIA – FISCAL DE CONTRATO

Em atendimento à Lei nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como o Decreto Municipal nº 213/2023 que Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Eu, **PAULO CEZA DE JESUS BRANDAO**, matrícula nº 012358, portador do CPF nº 036.869.745-25, DECLARO ter conhecimento de que fui designado, mediante **Portaria nº 01/2024**, como **Fiscal Técnico, Administrativo e Setorial**, para fiscalizar os **Contratos nº 22, 23 e 24/2024**, firmado com as empresas **GHIA PNEUS LTDA ME CNPJ nº 44.781.209/0001-05**, **STREET AUTO PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI ME CNPJ nº 39.483.895/0001-06** e **LUIZ CARLOS DADALTO FILHO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME CNPJ nº 19.626.355/0001-19** que tem por objeto contratual a “AQUISIÇÃO DE PNEUS DIVERSOS, COM ENTREGAS PARCELADAS, NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FROTA VEICULAR E DO MAQUINÁRIO LOTADO EM DIVERSAS SECRETARIAS.”

Declaro ainda, para todos os efeitos legais, estar em comum acordo com tal designação e ciente das atribuições pertinentes constantes nos dispositivos legais supracitados, os quais seguem transcritos:

Seção VI

**Fiscal técnico**

Art. 22. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;



III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 21;

IX - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 21; e

X - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

## Seção VII

### **Fiscal administrativo**

Art. 23. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;



*Prefeitura Municipal de Sooretama – ES*  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

II - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

III - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato da Secretaria Municipal de Administração Recursos Humanos;

IV - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

V - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 21;

VI - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 21; e

VII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Seção VII

**Fiscal setorial**

Art. 24. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o art. 22 e o art. 23.

Sooretama – ES, 29 de janeiro de 2024.

---

**PAULO CEZA DE JESUS BRANDAO**

CPF nº 036.869.745-25

Matrícula nº 012358